

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **MONTES CLAROS**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Obs.: Relatório sem revisão ortográfica e gramatical

I - Apresentação

Em 1º/9/2009, realizou-se na Câmara Municipal de Montes Claros a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio. A reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 11ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Participaram da reunião os Deputados João Leite, que a presidiu, Rômulo Veneroso e Ruy Muniz. Também compuseram a mesa as seguintes autoridades: Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; José Messias Sales Alves, Delegado Regional da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. Milton Rodrigues Abreu, Subcomandante da 11ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. Franklin de Paula Silveira, Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar; Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Estado de Assistência Social; Roberto Rocha Tross, Coordenador Especial da Juventude, representando o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Antônio Fábio Gonçalves Martins, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Maurina Fonseca Mota de Matos, Coordenadora Regional da Defensoria Pública de Montes Claros, representando o Defensor Público-Geral; Fernando Antônio Bonhsack, Delegado-Chefe de Polícia Federal de Montes Claros; Roberto Amaral, Secretário Municipal de Agropecuária e Abastecimento; Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Claros; José Benedito, Prefeito Municipal de Janaúba; e Athos Mameluque, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, que realizou breve exposição sobre o histórico e a finalidade do evento.

O Prefeito Municipal de Montes Claros relatou a situação da segurança pública na localidade, traçando comparativo entre o período pretérito e o atual, no qual, para ele, houve uma acentuada melhora. Ele cita que Montes Claros ocupava, no Estado, o 3º lugar em ocorrências de crimes dolosos contra a vida, mas subiu para a 8ª posição e, hoje, está no 12º lugar. O Prefeito

credita tal melhoria à política de segurança pública estadual desenvolvida nos dois últimos quadriênios, com destaque para a ação integrada e coordenada dos órgãos, estaduais e federais, de defesa social, que permitiu essa redução dos níveis de criminalidade. Segundo o mandatário, a região foi beneficiada pela criação, em Montes Claros, de um órgão municipal na área da defesa social, e por ações preventivas que vêm ocorrendo na localidade, envolvendo políticas sociais, especialmente no campo da educação, bem como as dirigidas ao jovem, como o projeto Viva Vôlei, e as parcerias com a PM, para a implementação do Proerd, e com a Empresa Brasileira de Correios, que atende 500 crianças na prática da natação.

O Delegado José Messias abordou a integração das polícias ocorrida nos últimos anos, recordando que sempre houve um trabalho harmonioso entre as polícias civil e militar. Para ele, a integração gera um aumento de eficiência e se reflete na redução dos índices de criminalidade. Ressalta, todavia, a necessidade de aprimoramento dessa ação integrada, bem como a necessidade de a política de segurança pública se relacionar com as políticas sociais, já que são áreas interligadas.

O Ten. Cel. Milton Abreu citou as peculiaridades da região, que precisaria ser mais assistida. O militar esclareceu que tem crescido substancialmente o investimento nos setores logístico, financeiro e de recursos humanos dos órgãos de defesa social, assim como salientou os bons resultados da integração das polícias, assinalando iniciativas importantes como o cinturão da segurança e a patrulha rural. Afirmou, contudo, a necessidade de se dar mais apoio aos órgãos de segurança pública existentes na região.

O Procurador-Geral de Justiça também realçou a importância da integração das polícias, e os avanços na organização do sistema penitenciário, com a estruturação da Suapi e o incentivo à adoção do modelo Apac, além das parcerias com a sociedade para o tratamento dos presos. Salientou, ainda, o papel que vem sendo desempenhado pelo órgão na região, reafirmando o compromisso do mesmo com sua missão institucional.

O Delegado da Polícia Federal, Fernando Bonhsack, descreveu o que considera uma situação delicada de criminalidade existente no Norte de Minas, mas ressaltou o trabalho importante e eficaz realizado pelas polícias. Reforçou a importância da integração das polícias estaduais, e elogiou o mapeamento do crime na região, realizado pelos órgãos de segurança pública. Sobre a atuação da Polícia Federal, o servidor recordou diversas atividades desenvolvidas, que atingem não só o Norte de Minas, mas, eventualmente, outras regiões do país, tais como o combate à corrupção e ao desvio de verbas públicas.

Os problemas acarretados pelas rodovias que cortam Montes Claros, as BRs 135, 251 e 365, foram expostos pelo Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Fábio. Para ele, o reduzido efetivo da PRF, com mil servidores em Minas Gerais e apenas 31 em Montes Claros é uma circunstância agravante, que somente é minimizada pelo trabalho conjunto que o órgão faz com a Polícia Militar. Segundo o policial, deveria haver mais servidores na PRF, para suprir a

deficiência de pessoal encontrada na região.

Maurina Fonseca, representante da Defensoria Pública, relatou o papel da instituição, em sua atuação na defesa social, a atender os necessitados de assistência judiciária. Segundo a Defensora, no Presídio Alvorada há 167 presos, sendo 22 mulheres; no Presídio Regional do Jaraguá, 582 presos, dos quais 320 aguardando julgamento e 262 condenados. Oitenta por cento desse contingente de encarcerados é assistido pela Defensoria Pública, no entanto, no Norte de Minas só há Defensor Público em Montes Claros, Pirapora e Janaúba. Há, para a advogada pública, necessidade de ampliar o quadro de Defensores Públicos, tarefa que se vincula à necessidade de o governo estadual valorização do servidor e aperfeiçoamento da instituição.

José Benedito, Prefeito Municipal de Janaúba, reafirmou os avanços recentes da segurança pública no Estado e a redução dos índices de criminalidade na região. Ele enfatizou a qualidade de equipamentos e condições de trabalho, que vêm sendo oferecidos ao servidor policial, contribuindo para o bom desempenho das polícias. José Benedito afirmou, também, a importância da educação, das políticas sociais e do investimento na família, tanto quanto a necessidade de conscientização da sociedade para a formação do jovem, envolvendo o controle da programação televisiva, dos videogames e das rádios. Em Janaúba, o maior problema apontado pela autoridade foi a acomodação de presos, já que a cadeia local tem capacidade para 70 pessoas, mas custodia 198.

O Ten. Cel. Franklin Silveira realizou exposição na qual mencionou que os índices de criminalidade da região registraram significativo aumento a partir de 1997, com a ligação rodoviária entre Montes Claros e a BR-116. Essa elevação do crime só foi revertida no período recente, com redução dos índices de criminalidade a partir de 2006. Segundo o militar, nos últimos anos houve grande aumento de efetivo e de apoio logístico nos órgãos regionais de segurança pública, especialmente nas polícias. Apesar disso, ele nota que persistem os problemas decorrentes da facilidade para o trânsito de criminosos na região, que se associam à questão social, pois Montes Claros possui sete favelas e 20 de seus 220 bairros estão em situação de absoluta pobreza. Para o oficial, a segurança pública deve estar aliada a projetos sociais, como os que ocorrem nas comunidades “Cristo Rei” e “Santos Reis”, em Montes Claros. Ele citou, ainda, o trabalho dos seis conselhos comunitários de segurança pública – CONSEPS – em Montes Claros, e programas de caráter preventivo, entre os quais o Fica Vivo, o Olho Vivo, com 36 câmeras na cidade, o patrulhamento rural, que reprime o aumento da criminalidade na zona rural, e o projeto de descentralização do policiamento na cidade, com 25 frações em Montes Claros, a formar uma teia de proteção. Ressaltou, também, a importância da integração das polícias e dos demais órgãos que atuam na defesa social, como o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública e, especificamente, tratou da boa organização da PMMG no Norte de Minas, e se referiu à perspectiva benéfica da criação de um novo batalhão em Montes Claros. Ele explicou que hoje Montes Claros é sede de um batalhão da Polícia Militar, que atende 23 Municípios. Com dois

batalhões, haveria um exclusivo para Montes Claros e o outro permaneceria nas demais localidades. O policial, enfim, repisou a necessidade de o Estado atuar sobre os problemas sociais, e acentuou a necessidade de investimentos crescentes em segurança pública, já que, para ele, é próprio do setor exigir “grandes investimentos”.

A Subsecretária de Estado de Assistência Social, Maria Albanita, discorreu sobre a complexidade da defesa social e o papel das políticas públicas para o seu adequado equacionamento. Para a dirigente da Sedese, há necessidade de se analisar os perfis de vítima e agressor, e os contextos nos quais ocorre o crime. Ela enfatiza a pobreza como problema central e fonte da violência social, razão pela qual caberia ao Estado garantir a paz por meio de políticas sociais, como as de educação, assistência e inclusão social, saúde, juventude e apoio à família. Conforme a Subsecretária, o problema deve ser enfrentado com políticas públicas estabelecidas sobre dois eixos, quais sejam a superação do ciclo da pobreza e a questão da família.

Roberto Tross abordou a ligação da política de segurança pública com a política da juventude, especialmente porque a maior parte dos casos de violência e criminalidade envolve o jovem, como autor ou vítima. Ele consignou a importância de ações governamentais e programas que vêm sendo desenvolvidos observando essa vinculação, e citou vários eventos e projetos atualmente realizados pelo governo estadual.

Athos Mameluque, presidente da Câmara de Montes Claros, falou sobre a questão local, recordando o erro que foi a extinção da secretaria municipal de segurança e a mobilização social e institucional que houve para restaurá-la, o que ocorreu com apoio da Secretaria de Estado de Defesa Social. O edil relatou investimentos realizados pelo poder público municipal e estadual nos últimos anos, indicando a importância de alguns projetos, como o Olho Vivo, para a diminuição da criminalidade. Tratou, ainda, da necessidade de se criar o segundo batalhão da PMMG no Município, e da importância da legislação municipal e estadual, como a que deveria normatizar a proibição do uso de capacete por motociclistas, quando não estão usando as motocicletas.

II.2) Discussão

Ao longo das exposições iniciais, o Presidente da Comissão prestou esclarecimentos que se fizeram necessários, e afirmou o compromisso da Comissão com as discussões e propostas registradas na reunião. Na sequência, debateram o tema representantes da sociedade civil, parlamentares e as autoridades convidadas.

O Pastor Ladislau Ronaldo Ferreira tratou do papel repressivo e preventivo da atividade policial e ressaltou a importância do trabalho social, citando, como exemplo, a experiência da igreja a que pertence.

Antônio Augusto Coelho Tavares, Presidente do Conselho Maçônico de Segurança Pública – COMASP –, discutiu a necessidade de ampliação do Poder Judiciário, envolvendo aumento de

pessoal, de varas, e de comarcas, abrangendo a justiça estadual e a federal. Segundo o interveniente, o problema da justiça criminal está no que denominou “o gargalo da justiça”, e, por isso, são, na sua ótica, muito importantes as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo poder público, a saber as reformas da cadeia e do presídio, com oferta de mais de 500 vagas; o acréscimo de viaturas e helicópteros; a implantação de projetos como o Proerd, o Olho Vivo, e o Fica Vivo, entre outras ações. Como prioridades para a região, citou a construção da Apac e a criação de mais um batalhão da PMMG em Montes Claros.

Para o Pastor Rodinon Botelho dos Santos, o papel da igreja se conjuga com a defesa da paz social. Ele defendeu a necessidade de se fazer segurança pública respeitando a dignidade da pessoa pobre, como nos casos de revistas policiais e abordagens em geral do pobre e do indivíduo vestido de forma simples. Segundo o Ten. Cel. Franklin Silveira, em intervenção posterior, a abordagem policial militar é regulada por lei e o servidor que abusa nesses casos é punido severamente. O Pastor falou, ainda do papel da participação da sociedade na gestão da política pública de segurança e na necessidade de aprimorar a gestão penitenciária, salientando que, em geral, os presos não são recuperados pelo sistema prisional, e que a solução começa com o fortalecimento da família.

O Deputado Rômulo Veneroso realizou uma abordagem geral da política de segurança pública e reconheceu a necessidade de a Comissão realizar reuniões nas diversas regiões do Estado, a fim de recolher percepções, necessidades e anseios daqueles que, muitas vezes, têm dificuldade de acesso ao Parlamento. O Deputado, além disso, endossou as posições de defesa da conjugação de políticas sociais e atividade de segurança pública.

O Deputado Ruy Muniz principiou seu discurso pela análise do panorama atual, com destaque para os investimentos realizados pelo governo estadual. O parlamentar rememorou a mobilização social ocorrida em Montes Claros para melhorar os índices de criminalidade na cidade, citando, ainda, o papel desempenhado por programas sociais recentemente implantados, como o Poupança Jovem e o Projovem.

Ruy Muniz, todavia, assinalou a necessidade de melhorias, uma vez que a polícia não chega a todas as localidades da região e os índices de criminalidade ainda são altos. O Deputado propõe, entre outras medidas, a limitação de horários de eventos; a implantação, no âmbito do SUS, de centros de atendimento ao viciado em drogas; o incentivo ao esporte; e a adoção da educação em tempo integral no sistema público de ensino, citando o exemplo do governo do distrito federal. O Parlamentar assinalou a função social realizada pelo tráfico de drogas, que muitas vezes é tida como substitutiva da ausência do Estado. Ressaltou, na sequência, que o problema do tráfico não é enfrentado, de fato, mas que há jeito de resolvê-lo, bastando vontade para tanto. Em suas palavras:

“É muito bom ter no parlamento uma pessoa como eu, porque tenho coragem de falar. Não é que os outros colegas não falem, mas falo e incomodo. O Franklin sabe onde está o foco do

tráfico em Montes Claros, assim como também o Ministério Público, a Polícia Civil.(...) Não é com medidas demagógicas, mas com ações eficazes. É fazer cerco e a Prefeitura dar apoio àquela população carente que está ali.(...) deve ter-se a coragem de identificar e de atuar de verdade para acabar com o tráfico em Montes Claros ou para, no mínimo, expulsá-lo ou diminuir o que já existe.”.

O representante da Polícia Federal rebateu as afirmações do Deputado Ruy Muniz, especialmente no que se refere à acusação de inoperância das polícias no combate ao tráfico de drogas. Esclareceu que a Polícia Federal tem cumprido o seu papel, como, por exemplo, na prisão de uma pessoa conhecida como “Didi Cabeludo”, que comandava o tráfico em Montes Claros e foi capturado em São Paulo.

Indagado pelo Presidente da Comissão, o policial federal afirmou conhecer as duas facções citadas pelo Deputado Ruy Muniz como sendo as que comandam o tráfico na região, a do “Ninha” e a do “Malboro”, ressaltando que ambos os líderes estão presos hoje.

O Delegado Regional da Polícia Civil, José Messias, endossou as palavras do representante da Polícia Federal e teceu mais explicações sobre o combate ao tráfico em Montes Claros e região. Recordou episódios envolvendo a prisão de Demóstenes (Ninha) e Valdenir (Malboro), lembrando que ambos estão presos na penitenciária de Catanduvas/PR. Segundo o servidor, a atividade repressiva depende de políticas públicas de caráter preventivo, incidindo sobre a criança, o jovem e a família.

O Ten. Cel. Franklin Silveira corroborou as intervenções de seus antecessores e informou que cerca de 35 líderes do tráfico de drogas na região estão presos e recebem acompanhamento, mediante ação integrada das polícias civil, estadual e federal, e militar. Para o policial, há um problema na legislação brasileira, que impede uma ação mais efetiva do sistema de justiça criminal, ao criar obstáculos para a atuação do Judiciário e do Ministério Público, por exemplo. O oficial citou caso de pessoa que chegou a ser presa 62 vezes pela polícia e está solta.

O Presidente da Comissão esclareceu que as normas processuais penais são nacionais, motivo pelo qual a Assembleia não têm competência para legislar sobre a matéria. Recordou, todavia, seu trabalho na presidência da Comissão Especial de Execução das Penas no Estado de Minas Gerais, que apurou existir 46 mil presos no Estado, dos quais 26 mil presos provisórios. Para o parlamentar o problema não é de deficiência legal, mas de cumprimento das leis, como no caso de Montes Claros, em que há 1.300 júris pendentes. Ele entende que o encarceramento não resolve o problema da segurança pública e aponta que, no ritmo atual, haverá, no ano de 2011, 79 mil presos em Minas Gerais. Lembrando que um preso custa, em média, R\$2.300,00 por mês, o Deputado defendeu a prioridade de políticas de combate à pobreza e de fortalecimento dos vínculos familiares.

Finalizando, o Deputado Ruy Muniz retificou seu discurso, explicando sua preocupação em face de problemas urgentes envolvendo violência e criminalidade, como o número de homicídios.

O Delegado José Messias informou, quanto aos homicídios, que, embora seja, de fato, um problema grave, os indicadores têm melhorado nos últimos anos, com registro, nos oito primeiros meses do ano, de 50 casos em 2007, 58 em 2008 e 49 em 2009, o que evidencia uma reversão da curva ascendente anterior, com uma diminuição de 20% em 2009.

Instado pelo Presidente da Comissão, o Ten. Cel. Franklin Silveira informou que há seis conselhos comunitários de segurança pública em funcionamento em Montes Claros, um dos quais já premiado nacionalmente por seu trabalho.

II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) solicitação, ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da criação de mais uma Vara da Justiça Federal na Seção Judiciária de Montes Claros;

b) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, da construção de uma penitenciária, de um centro de medidas socioeducativas, e de um batalhão da Polícia Militar em Janaúba;

c) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, da construção e implantação de uma unidade prisional na microrregião de Manga, tendo em vista o elevado contingente de presos em cadeias públicas;

d) solicitação, ao Procurador-Chefe da Defensoria Pública Estadual, da ampliação do quadro de Defensores do órgão, assegurando a lotação de Defensores Públicos em quantidade condizente com a necessidade do serviço nos Municípios onde há unidades prisionais, especialmente em Francisco Sá;

e) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, para que tome providências para a liberação de recursos para a implantação de mais duas Áreas Integradas de Segurança Pública em Montes Claros, conforme previsto na programação governamental;

f) solicitação, ao Comandante-Geral da PMMG, da implantação de mais um batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, tendo em vista a necessidade de um batalhão exclusivo para esse Município e outro para as demais localidades hoje atendidas pelo 10º Batalhão da PMMG;

g) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, da ampliação do Projeto Olho Vivo em Montes Claros, observando as necessidades da localidade e os bons resultados alcançados até o momento;

h) encaminhamento de apelo ao Ministro de Estado da Justiça, para que aumente o quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Norte de Minas;

i) envio de ofício ao Comandante-Geral da PMMG e ao Comandante da 11ª Região da PMMG, solicitando medidas para assegurar a presença permanente de policiais militares nos Distritos, especialmente em São Joaquim, Distrito de Januária, que possui cerca de 15 mil habitantes e não dispõe de policiamento ostensivo.

III - Principais Pontos Abordados:

a) A abordagem dos participantes apontou como problemas principais os ainda elevados índices de criminalidade na região, com destaque para o tráfico de drogas e os homicídios. O uso facilitado das vias rodoviárias pelos que praticam crimes também foi destacado.

b) Além desses problemas, houve consenso quanto à necessidade de se aliar políticas públicas repressivas e preventivas, impondo-se a necessidade de associar a política de segurança pública às políticas sociais, especialmente as de redução da pobreza, defesa da família e proteção da criança e do jovem.

c) Houve, todavia, certo consenso acerca do aperfeiçoamento da política estadual de defesa social nos últimos anos, com destaque para a integração das polícias, a estruturação do sistema penitenciário e a adoção de parcerias com a sociedade civil; para os elevados investimentos em procedimentos, logística e recursos humanos; para a introdução de programas inovadores, como o Proerd, o Fica Vivo”, o Olho Vivo e o patrulhamento rural; para a prevenção da criminalidade que decorre da efetividade das políticas sociais; e para a reestruturação do órgão municipal de segurança pública em Montes Claros.

d) Especificamente, foram levantadas a necessidade da criação de mais um batalhão da PMMG em Montes Claros e de outro em Janaúba; da ampliação do sistema prisional e socioeducativo; do aumento do efetivo da PRF no Norte de Minas; e de se assegurar Defensores Públicos em todas as comarcas da região.